

- LXVI -**GESTÃO EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM BALANÇO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA - 2008/2016****Maricélia de Souza Pereira Moreira**PPGE/UESC/Brasil
moreiramsp@gmail.com**Emilia Peixoto Vieira**PPGE/UESC/Brasil
emilcarl28@hotmail.com**Sarah Santana Nascimento**PPGE/UESC/Brasil
sarahsanth@gmail.com**Introdução**

Este trabalho consiste em recorte da pesquisa de mestrado “A gestão das políticas e programas da educação infantil no município de Coaraci/BA-2008/2016” e apresenta parte dos resultados da revisão de literatura realizada no banco de dissertações e teses da CAPES, na ANPAE, ANPED (GT 05 e GT 06), Revista Educação & Sociedade, Educação e Realidade e no GRUPECI. Tem por objetivo apresentar uma síntese dos dados levantados e apontar as tendências dos estudos sobre a gestão educacional e Educação Infantil no âmbito dos sistemas municipais, a partir da implementação do Plano de Ações Articuladas/PAR. A pesquisa busca analisar como se organizou a gestão das políticas/programas do município de Coaraci-Ba para a educação infantil no período de 2008-2016? Quais políticas/programas foram implementadas em Coaraci/BA? Quais as percepções dos docentes quando à qualidade do atendimento da EI?

Consideramos importante realizar uma revisão de literatura a fim de reunir informações sobre o estado da produção científica no que se refere à gestão educacional, no âmbito dos sistemas municipais, direcionadas a Educação Infantil, a partir da implementação do Plano de Ações Articuladas/PAR.

A pesquisa foi desenvolvida para atender aos seguintes objetivos: levantar informações relevantes sobre a temática; identificar a situação atual dos estudos e pesquisas sobre a gestão das políticas e programas direcionados a Educação Infantil no âmbito do sistema municipal de educação, a partir da implementação do Plano de Ações articuladas/PAR, além de apontar as tendências das pesquisas em relação ao objeto de estudo do trabalho em tela.

A pesquisa seguiu as seguintes etapas: realização de buscas *online* de trabalhos publicados, 2008 a 2016, no banco de dados CAPES, trabalhos publicados nos eventos das entidades ANPAE, ANPED e GRUPECI, e periódicos. Utilizou-se como critérios de inclusão o recorte temporal e as palavras-chave da pesquisa: gestão da educação infantil, gestão educacional e planejamento educacional; localização dos trabalhos cujas abordagens tivessem como foco o Plano de Ações Articuladas/PAR; análise dos títulos e seleção dos trabalhos que se aproximam do objeto de estudo do trabalho em tela; por fim, realizamos algumas inferências sobre os trabalhos estudados.

Dados gerais da produção acadêmica sobre a gestão educacional da EI a partir da implementação do Plano de Ações Articuladas/PAR

A tabela a seguir apresenta os dados gerais do levantamento realizado, indicando o total de

Fonte	Total trabalhos localizados	de Total trabalhos análise	de Trabalhos para *GE	sobre Trabalhos sobre *PE
CAPES	61	16	14	2
ANPAE	55	8	5	3
ANPED	9	3	2	1
REVISTAS	0	-		
GRUPECI	0	-		
Total geral	127	27	21	6

trabalhos localizados por fonte.

Tabela 1 – Total geral dos trabalhos localizados por entidades e revistas 2008/2016

Fonte: Tabela elaborada pelas pesquisadoras (2008/2016).

*GE – Gestão Educacional

*PE – Planejamento Educacional

Do total de trabalhos localizados apenas 27 (21,6%) foram selecionados para análise, pois apresentam proximidade com as palavras-chave escolhida para o estudo gestão da educação infantil, gestão educacional e planejamento educacional.

Do total de trabalhos separados, 125 textos (78,84%) foram descartados, incluindo dissertações, teses, artigos completos e resumos. Estes trabalhos abordam diferentes temas no âmbito do PAR, entre os quais: gestão democrática, homofobia, prática pedagógica e avaliação, regulação, valorização docente, infraestrutura, formação docente, accountability e não tinham proximidade com o objeto do estudo em tela: a gestão educacional e a educação infantil.

Quanto às categorias teóricas discutidas nos textos, destacamos: descentralização; autonomia; gestão democrática; participação; federalismo, descentralização; responsabilização; políticas educacionais; regime municipal (municipalização); globalização; reformas do Estado dos

anos 90; ação reguladora; performatividade; reforma do Estado neoliberal brasileiro; reorganização do Estado; modelo de gestão gerencial; autonomia decretada; desconcentração; federalismo, participação, financiamento, regime de colaboração.

Quanto ao teórico-metodológico, identificamos que a maior parte dos trabalhos, principalmente em relação às dissertações e teses, se inscrevem na perspectiva do materialismo histórico dialético. Em poucos trabalhos constatamos inconsistência teórico-metodológica e nestes também foi perceptível fragilidade nas análises, as quais apontaram a predominância das escolhas ideológicas do pesquisador, quando este não conseguiu desenvolver postura crítica em relação a análise da política do PAR, ficando as análises restritas à valoração pessoal.

Identificamos vários delineamentos metodológicos incluindo: pesquisa qualitativa, pesquisa de campo, estudo de caso, pesquisa documental, pesquisa avaliativa, pesquisa bibliográfica. Dentre os instrumentos de coleta de dados destacamos: documentos, entrevistas, observações depoimentos.

No que se refere à fonte que melhor nos auxiliou na realização do estudo de revisão de literatura, aparece em destaque o banco CAPES. Para o levantamento dos periódicos, nas páginas dos seminários do GRUPECI e no GT 7 da ANPED não há registros de trabalhos, pois estes não foram localizados nas fontes pesquisadas.

Gestão educacional, educação infantil e o PAR: algumas evidências entre os trabalhos analisados

No que refere às produções selecionadas para análise e sua relação com os descritores, 21 trabalhos focalizam a gestão educacional e 6 o planejamento educacional no âmbito PAR. Quanto à gestão educacional direcionada a EI, constatou-se total ausência de produções a partir da implementação dessa política no âmbito dos municípios.

No que se refere a ausência de estudos sobre a gestão da EI no âmbito dos sistemas, os dados apontam que a gestão da educação infantil no âmbito do município ainda tem sido focalizada a partir da gestão educacional direcionada ao ensino fundamental. No nosso entendimento, esta é uma situação que agrega desafios ao trabalhos de gestão da EI incorrendo em situações que podem se configurar como verdadeiro entrave para a materialização do direito pleno das crianças à educação.

Quanto a inexistência de trabalhos em entidades ANPED (GT 5), o *GRUPECI* e os periódicos, observou-se uma focalização de temas relacionadas ao contexto da prática pedagógica, evidenciando a necessidade de uma articulação entre os campos dos estudos da prática pedagógica e da política, campos indissociáveis, no entanto no fazer de muitos estudiosos, profissionais e pesquisadores parece existir um distanciamento, uma separação.

Considerações finais

Em linhas gerais, os dados apontam a invisibilidade da EI no contexto das pesquisas que tematizam a gestão educacional após a implementação do PAR e que a educação infantil ainda é pouca debatida como planejamento educacional entre as produções acadêmicas. Inferimos eu em parte, que estes aspectos podem ter relação com uma visão equivocada e reducionista da EI.

A educação das crianças ainda é encarada com certa informalidade em que apenas o amor e o dom figuram como prerrogativas para a realização do atendimento educacional destas. Os resultados evidenciam que iniciar o debate sobre a gestão da EI no âmbito dos municípios, incluindo aí a gestão das políticas e programas direcionados ao atendimento dessa etapa da educação básica se faz necessário e urgente!

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Decreto Presidencial Nº 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, pela União em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de abril de 2007.

BARROSO, João. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. Educ. Soc. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005